

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – DD. DOUTOR
MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI.**

Ref.: TC-004089.989.22

Contas Anuais – Exercício de 2022

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO**, neste ato, representada por seus procuradores que ao final subscrevem, vem à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o quanto segue:

O processo em tela versa sobre a Prestação de Contas relativas ao exercício de 2022 apresentadas a esse Egrégio Tribunal, para os fins do disposto no inciso II do artigo 2º da Lei Complementar nº. 709, de 14 de janeiro de 1993, bem como do artigo 192 do Regimento Interno deste E. Tribunal de Contas.

Devidamente instruída a matéria, a E. Primeira Câmara, em sessão realizada em 09 de abril de 2024, decidiu emitir parecer prévio favorável à aprovação das Contas do PREFEITO DE ÁLVARES MACHADO, relativas ao exercício de 2022, sem embargo das recomendações consignadas no voto do Relator.

Vejamos, a síntese de percentuais apurados pela Fiscalização (Arq.68 -Relatório PM de Alvares Machado (ev. 42):

SÍNTESE DO APURADO

ITENS	
CONTROLE INTERNO	Irregular
HOUVE ADESAO AO PROGRAMA DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DA LEI COMPLEMENTAR Nº 178/2021?	Não
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício (déficit)	-3,78%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	15,41%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	Favorável
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	Favorável
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	Sim
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requerimentos de baixa monta?	Não
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	Sim
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	Prejudicado
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	Sim
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	42,14%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, I e III, da LRF?	Sim
ENSINO - Aplicação na Educação - artigo 212 da CF (limite mínimo de 25%)	28,14%
ENSINO - Recursos do Fundeb aplicados no exercício (limite mínimo de 90%)	100,3%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 10%) foi aplicada até 30/04 do exercício subsequente?	Prejudicado
ENSINO - Fundeb aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica (limite mínimo de 70%)	79,09%
ENSINO – Complementação da União VAAT ao Fundeb aplicada em despesas de capital no percentual mínimo de 15%?	Não se aplica
ENSINO – Complementação da União VAAT ao Fundeb aplicado em educação infantil conforme Indicador para Educação Infantil (IEI)?	Não se aplica
SAÚDE - Aplicação na Saúde (limite mínimo de 15%)	22,45%

ENE KNASEL VORPAGEL. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original
Valide documento digital e informe o código do documento: 4-0ZVA-C53U-6LW9-5VXE

Todavia, os resultados alcançados pelo município no exercício não conferem com aqueles publicados em 24 de abril de 2024, vejamos:

EMENTA: CONTAS DE PREFEITURA MUNICIPAL. CUMPRIMENTO DOS PRINCIPAIS ÍNDICES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS. DEFEITOS DE ORDEM FORMAL - PARECER FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DOS BALANÇOS. RECOMENDAÇÕES.

APLICAÇÃO NO ENSINO	27,47 %
DESPESAS COM FUNDEB	100 %
MAGISTÉRIO – FUNDEB	97,22 %
DESPESAS COM PESSOAL	38,91 %
APLICAÇÃO NA SAÚDE	23,90 %
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	4,39 %

Diante da divergência dos resultados, solicitamos a Vossa Excelência seja republicado o r. PARECER por ter saído por incorreção no DOE do TCESP de 24 de abril de 2024 e para que produza os efeitos legais.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

São Paulo, 09 de maio de 2024.

Rosely de J. Lemos
OAB/SP 124.850

José Américo Lombardi
OAB/SP nº 107.319